

A Porto Alegre Imperial¹

DANIELA MARZOLA FIALHO

Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-Graduação
em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR)

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Data de 1838 a segunda planta da cidade de Porto Alegre (FIGURAS 1 E 2). Trata-se de uma planta feita pelo «Império do Brasil». Foi executada em 1838, durante a «Revolução Farroupilha» (1835-1845). Seu título completo é: *Planta da cidade de Porto Alegre Capital da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, vista do rio e terra em toda a sua circumferencia, sua estatística correspondente, demonstração do entricheiramento que lhe tem servido de defeza desde o memoravel dia 15 de Junho de 1836, em que foi verificada a reacção legal, movida por motivo da comoção na Provincia que teve principio nesta mesma cidade em 20 de Setembro de 1835 até ao 2º anno de sua data, tempo em que esta he concluida: achar-se-hão mais as declarações necessarias á sua intelligencia, assim como commemorações do que mais pode interessar a respeito. Porto Alegre 20 de junho de 1837.*

Compondo o título, como se pode ver, está a data de 20 de junho de 1837, que passa por ser a data do mapa. No entanto, em letras pequenas abaixo da planta propriamente dita e acima da escala gráfica, está escrito «Rio de Janeiro, 1838», o que demonstra ter sido esta planta impressa em 1838.

Mais do que o título da planta, o que mais se destaca, escrito em letras vistosas, com o brasão imperial no meio, e na linha superior é a inscrição «Império do Brasil». De acordo com Macedo (1993: 59):

«Essa planta que conhecemos parece ter sido calcada sobre o original de José Pedro César e executada pelo Império do Brasil, demonstrando o ‘entricheiramento’ que lhe tem servido de

1 Este trabalho é um excerto trabalhado de minha tese de doutorado sobre a história dos mapas da cidade de Porto Alegre (RS), Brasil: Fialho (2010).

defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1837², em que foi verificada a reação legal, movida por motivo de comoção da Província, que teve início nesta mesma cidade em 20 de setembro de 1835».

É, pois, no contexto da Revolução Farrroupilha, também chamada Guerra dos Farrapos, que este mapa de Porto Alegre foi mandado executar pelo Império do Brasil.

A cartografia no Império

Durante o período colonial, a política implementada no Brasil por Portugal foi caracterizada pela implantação de fortes e pela criação de núcleos urbanos ao longo da costa. Para colocar essa política em prática «em 1549, Portugal envia para o Brasil alguns mestres de obras e engenheiros militares, colocando-os ao serviço dos governadores para dirigir as obras de implantação de cidades, assim como obras de fortificação» (TEIXEIRA E VALLA, 1999: 133).

Como bem coloca Tavares (1999: 22), ao engenheiro militar Português «cumpria, ao mesmo tempo, fortificar e defender o litoral contra as ações de pirataria ou de conquista, como prover as necessidades mínimas dos centros populacionais que, por isso mesmo, iam surgindo, através de edificações essenciais, de obras públicas, de igrejas, de casas de pólvora, chafarizes, estradas, estaleiros, armazéns, residências e quartéis».

Os engenheiros militares também foram os responsáveis pela maior parte da cartografia feita na colônia. Como afirma Martins (2007: 12), «as atividades de mapeamento, conduzidas em sua maioria por técnicos estrangeiros, visavam a dar o suporte de conhecimento do território colonial brasileiro, buscando fornecer às Administrações, tanto metropolitana como colonial, as informações necessárias para o planejamento, entre outros aspectos, de sistemas defensivos, bem como as rotas de penetração e ocupação daquele vazio geográfico de então».

2 A Revolução Farrroupilha começou no dia 20 de setembro de 1835 com a tomada de Porto Alegre pelos Farrapos. No dia 15 de junho de 1837 o Império do Brasil conseguiu retomar a cidade que permaneceu sob seu comando até o final da Revolução em 01 de março de 1845 quando se assinou o Tratado de Ponche Verde, dando fim a mesma.



Figura 1. [Anônimo], *Planta da cidade de Porto Alegre Capital da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul*, [1838] (Versão colorizada). Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Devido às várias colônias portuguesas, o tamanho do território brasileiro e a importância que o Brasil foi adquirindo economicamente, a Coroa Portuguesa além de contratar engenheiros estrangeiros, passou a ter necessidade de um contingente maior de engenheiros portugueses.

Face às necessidades crescentes, Portugal decide abrir aulas de engenharia, com um sentido inicial predominantemente militar. Assim, já em 1647 surgia em Portugal a «Aula de Fortificação» que depois se tornaria a Academia Militar, cujo «funcionamento constituiu uma fase marcante da história da Engenharia portuguesa, sobretudo pelo impulso que com ela se deu à formação de um apreciável contingente de engenheiros nacionais, alguns dos quais conquistaram grande reputação como profissionais» (TAVARES, 1999: 46).

No Brasil, a primeira «Aula de Artilharia» foi criada no Rio de Janeiro, pelo Ato de 19 de agosto de 1738. Representou o embrião da futura Real



Figura 2. [Anônimo], *Planta da cidade de Porto Alegre Capital da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*, [1838] (Versão original). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Foto de Daniela M. Fialho.

Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Assim, segundo Tavares (1999: 28), a «Engenharia Militar surgiu, entre nós, como herança direta da organização militar portuguesa, através de seus elementos que para aqui eram destacados, na medida em que o exigiam os interesses da defesa e da organização do Brasil - Colônia».

Pela importância que a Engenharia foi assumindo na questão militar, não só pelas funções assumidas, mas também pelas mudanças na forma de guerrear (ataque e defesa), a própria estrutura do exército foi se transformando ao longo do tempo, até que o Corpo de Engenheiros se tornou uma unidade autônoma. No tempo de D. João VI essa unidade se chamava «Real Corpo de Engenheiros».

Com a declaração da Independência, «grande número de oficiais portugueses do Corpo de Engenheiros optou pela nacionalidade brasileira,

assumindo, por escrito, o compromisso de servir, sem restrições, ao Exército e à Nação» (TAVARES, 1999: 75).

Os engenheiros militares, agora a serviço do Império do Brasil, continuaram a fazer o que vinham fazendo, e entre seus afazeres estava a cartografia. No entanto, como diz Costa (2007:163):

«a ênfase nas atividades de preparação militar, as constantes reduções do seu efetivo e o aproveitamento dos engenheiros desse corpo na execução de obras civis, pela falta de engenheiros e de escolas voltadas à formação de engenheiros civis, são fatores que em boa parte explicam a pequena produção de documentos cartográficos nos primeiros anos do Brasil Império».

A partir dos registros do Arquivo Histórico do Exército e da Fundação Biblioteca Nacional, pode-se ter uma idéia da produção cartográfica desses engenheiros, entre 1831 e 1845. Essas datas foram escolhidas porque marcam, durante o Império, as rebeliões que aconteceram principalmente durante o Período Regencial (algumas terminaram no começo do 2º Reinado), entre as quais a Revolução Farroupilha. Dessa relação constam 135 elementos cartográficos.

Destes 135 mapas, 43 são da região nordeste, 40 da região sudeste, 32 da região sul, 15 da região norte, 4 da região centro-oeste e um que não foi possível identificar a sua região. Dentre os cartógrafos relacionados, foram encontrados aproximadamente 74 nomes nos 135 mapas, sendo que foi possível identificar a autoria em 27 mapas. Dos 74 nomes de cartógrafos identificados, pelo menos 54 têm patente militar e grande parte deles pertence ao corpo de engenheiros militares.

Dessa produção cartográfica, 42 são mapas de províncias, partes de províncias e regiões; 19 são mapas de cidades/vilas/arraiais/freguesias; 04 são detalhes de cidades; 15 são mapas hidrográficos e de rios; 06 descrevem portos, barras e ancoradouros; 5 são mapas de costa e enseadas; 2 são mapas de ilhas; 13 dizem respeito a terrenos, freguesias e campos; 1 se refere à questão de limites; 3 a marchas; 2 são mapas de acampamentos, 1 de estrada; 1 de rincão; e 2 de teatro da guerra. Nessa coleção ainda pode-se encontrar 7 plantas de fortes, 1 de fortificações, 2 de baterias, 1 planta de edifício de arsenal, 3 de quartéis, 1 de tenalha, 1 de convento, 1 de igreja e 1



Figura 3a. [Beaurepere-Rohan], *Planta do Acampamento de Pirajá e Itapoã*, [1839].

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart17056.jpg>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

Figura 3b. [Henrique Halfeld], *Planta do Arraial de Santa Luzia e suas immediações*, [1842].

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart172837.jpg>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

Figura 3c. [Anônimo], *Mappa do teatro da Guerra*, [1839].

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart259202.jpg>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

Figura 3d. [Tito Alves de Brito], *Disposição das forças Imperial e...*, [1843].

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart544575.jpg>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

de hospital. Essa amostra é bastante ilustrativa da variedade de funções que os engenheiros militares desempenharam no Brasil.

Dos 135 mapas, pode-se depreender que 118 são mapas ‘originais’, no sentido de que foram feitos pelo cartógrafo naquela data. Os outros 17 são cópias de mapas que estavam no arquivo militar, provavelmente manuscritos dos quais se precisavam mais exemplares.

Além do mapa de Porto Alegre de 1838, pode-se identificar nesta relação 6 mapas que dizem respeito aos movimentos/rebeliões deflagrados no Brasil entre 1831 e 1845. Dois deles são de 1839 e intitulam-se «PLANTA DO ACAMPAMENTO DE PIRAJÁ E ITAPOÃN». Um é de autoria de Antonio Pinto Siqueira e o outro é de Henrique de Beaupere-Rohan (FIGURA 3A). São mapas da Bahia e dizem respeito à Sabinada. O resto do título do mapa de Beaupere-Rohan demonstra bem o tema de seu mapa: «*e mais pontos occupados tanto pelo Exército Imperial como pelas forças rebeldes desde o dia 13/11/1837 até o dia 13/03 do anno seguinte com a indicação das estradas por onde transitou o mesmo Exército desde este dia até o da tomada da cidade de S. Salvador pelo Illmo. e Exmo. Sr. João Chisostomo Callado, Marechal de Camp, General em Chefe do Exército, em 16 do mesmo mez*».

Um outro mapa intitulado «PLANTA DO ARRAIAL DE SANTA LUZIA E SUAS IMMEDIAÇÕES» (FIGURA 3B) é do ano de 1842 e de autoria do Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Diz respeito a «Revolta de 1842» que eclodiu em São Paulo e Minas Gerais e que foi uma reação de liberais às mudanças promovidas pelo gabinete conservador, tendo sido reprimida pelo governo com tropas lideradas pelo então Barão de Caxias. O restante do título mostra um pouco dessa história: «*com as posições occupadas pelos rebeldes e as tropas imperiaes no combate em 20 do mez d'agosto de 1842 sob o comando do Exmo. General em Chefe Barão de Caxias*».

Os outros três mapas dizem respeito à Guerra dos Farrapos. Um deles é outra planta da cidade de Porto Alegre, esta de 1839, de autoria de L. P. Dias³. A segunda se chama «MAPPA DO THEATRO DA GUERRA NA PROVINCIA DO RIO DE GRANDE DE S. PEDRO» (FIGURA 3C), feita em 1839 e na qual não há indicação do cartógrafo. A última dessas plantas é a de Tito Alves de Brito (FIGURA 3D) e se intitula «DISPOSIÇÃO DA FORÇAS IMPERIAL E REBELDE, NO ATTÁQUE DE PONCHE VERDE *na Provincia do Rio Grande do Sul em 26 de maio de 1843: sendo presidente e comandante em chefe o General Barão de Caxias*».

Em nenhuma dessas plantas, o brasão imperial aparece no mapa. No entanto, na relação de mapas do período, pode-se encontrar um mapa inti-

3 Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart49388o.jpg>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.



Figura 4a. [C. Van Lede], *Mappa chorographico da Provincia de St^a. Catharina...* [1842]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart529485.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

Figura 4b. Detalhe do mapa de C. Van Lede como brasão imperial, [1842]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart529485.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

tulado «MAPPA CHOROGRAPHICA DA PROVINCIA DE S^a. CATHARINA, parte da P^a. de S. Paulo e P^a. de Rio Grande do Sul e parte da república do Paraguay» (FIGURA 4a) que contém o brasão do Império. Ele foi feito pelo Major Engenheiro C. Van Lede⁴ em 1842. Este Major não pertencia ao Corpo de Engenheiros do Império.

Charles Maximiliano Luiz van Lede (1801-1875) foi um engenheiro e pesquisador belga, foi também Delegado da Sociedade Belga de Colonização tendo iniciado a colonização belga no município de Ilhota, Santa Catarina.

Como se vê acima do cartucho do título (FIGURA 4b), no mapa de Van Lede consta o brasão do Império.

4 Dados extraídos do livro de Lede (1843: 418).

Do desenho da Planta de 1838

A «*Planta da cidade de Porto Alegre Capital da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, (...)*» feita pelo do Império do Brasil e impressa em 1838, é uma planta monocromática, numa folha de 45 × 58cm e não possui a assinatura de nenhum cartógrafo.

A data que faz parte do título é mencionada no mapa na legenda 8, como «o dia de um ataque do General Netto, realizado do Moinho de Vento existente nesse local em que foram lançadas mais de 150 balas ardentes e granadas contra a cidade de Porto Alegre, tendo Netto se retirado com a artilharia logo após o cessar fogo». O mapa propriamente dito (FIGURA 5a) ocupa aproximadamente o centro da página e está desenhado dentro de um retângulo de 22,1 × 37 cm, havendo escritos na parte superior (título, 'assinatura' e data), nas laterais e na parte inferior (legendas). O texto das legendas se distribui em colunas começando no lado esquerdo e se estendendo pela parte inferior em cinco colunas, recomeçando na quinta coluna na parte superior – esta coluna fica no lado direito do mapa. A diagramação da planta é feita através de 6 colunas, uma do lado esquerdo e uma do lado direito e quatro colunas centrais que só são vistas na parte inferior. O mapa em si ocupa, em termos de largura, o espaço de quatro colunas. Na parte superior os textos – título e 'assinatura' – estão escritos de forma a ocupar toda a extensão da folha, sem a utilização de colunas. Essa diagramação da planta lembra a diagramação da 1.^a folha de um jornal, com o nome do mesmo ocupando a parte superior que neste caso é o texto 'Império do Brasil' e o desenho do brasão imperial, o que seria a 'assinatura'. Em seguida o nome da planta, que seria a manchete da notícia de capa. A data colocada embaixo reforça essa idéia, pois é um dado que sempre aparece em jornais. O mapa é a ilustração da notícia e as colunas onde estão as legendas são como as colunas onde normalmente se desenvolvem as matérias jornalísticas (FIGURA 5b).

Vários jornais editados nessa época apresentam elementos que remetem à forma de diagramação da planta de 1838. O jornal *Diário do Governo* (FIGURA 6A), que foi o nome com que a *Gazeta do Rio de Janeiro* passou a ser chamada a partir de 02 de janeiro de 1823, contém, acima do nome e abaixo da data, o epíteto 'Império do Brasil' e o brasão – o que eu chamo no mapa de sua 'assinatura'. E para o jornal *Diário do Governo* também se pode dizer que era uma assinatura, pois, segundo Miranda, este «jornal, publicado no



Figura 5a. [Anônimo], Detalhe da *Planta da Cidade de Porto Alegre...*, [1838]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Foto de Daniela M. Fialho.

Figura 5b. Esquema da Planta de Porto Alegre de 1838. Elaborado por Daniela Marzola Fialho.

Rio de Janeiro (RJ), servia como veículo oficial do governo do Império brasileiro (MIRANDA E LEITE, 2008: 41)». A *Gazeta do Rio de Janeiro* (FIGURA 6B) tinha o brasão misturado com o nome do jornal.

Assim como na planta de 1838, no *Diário do Governo* a ‘assinatura’ aparece mais distintamente que o título do mapa ou o nome do jornal. Esse jornal circulou de 02 de Janeiro de 1823 a 20 de maio de 1824 quando passou a se chamar *Diário Fluminense*, que manteve a mesma diagramação com duas colunas, e a ‘assinatura’ ‘Império do Brasil’ maior que o título do jornal. No *Diário Fluminense* (FIGURA 6C) até o tipo de letra usado na ‘assinatura’ do mapa é o mesmo.

Como refere Miranda e Leite (2008: 42), o *Diário Fluminense* era um «jornal oficioso, publicado no Rio de Janeiro (RJ), surgido em substituição ao *Diário do Governo*. Nos anos que antecederam à abdicação de D. Pedro I, assumiu uma postura conservadora, servindo inclusive como principal veículo utilizado para a divulgação de textos redigidos pelo próprio Imperador, em resposta a seus opositores. Encerrou suas atividades em 24 de Abril de 1831 quando voltou a se chamar *Diário do Governo*».

Esses jornais tinham duas colunas, o mapa tem seis. O *Correio Mercantil* (FIGURA 6D) em edição de 1830 e o *Semanário do Cincinnato* de 1837 já possuíam três colunas, e o *Jornal do Comércio* em edição de 1838 já tinha quatro colunas.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* (FIGURA 6B) de 1819, o *Semanário do Cincinato* e o bissemanário *O Sete d'Abril*, publicados no Rio de Janeiro entre 1833 e 1839, possuíam a data abaixo do nome, tal como no mapa.

A distribuição de legendas ou textos em colunas nos mapas não surgiu, no entanto, nesta época. Encontram-se mapas com essa disposição em períodos anteriores, mesmo referentes ao Brasil, como o mapa «Olinda de Pernambuco» de Claes Janszoon Visscher⁵, datado de 1630.

Pode-se dizer que as legendas da planta de 1838 estão divididas em dois níveis: num dos níveis encontra-se uma divisão das mesmas em 04 títulos e uma 'Nota Accessoria'; no outro nível, tem-se parte das indicações de referência no mapa, através de números e letras.

No primeiro grupo de legendas, cujo título é 'Estatística dos subúrbios e entrincheiramento da cidade', têm-se indicações de ruas e locais fora da muralha da cidade. O segundo grupo, chamado 'Etrincheiramento e Baterias', é formado por indicações de armamentos dispostos ao longo da muralha. No terceiro grupo que se intitula 'Estatística da Cidade', aparecem indicações de referências dentro da muralha. O quarto grupo, 'Comemorações relativas aos sítios de 1836 e 1837', conta histórias dos cercos feitos pelos farrapos a Porto Alegre e que são vitórias dos legalistas, do governo imperial. A 'Nota Accessoria' é utilizada para explicar algumas das convenções gráficas utilizadas.

Quando se considera as referências numéricas, encontramos indicações de 1 a 107 sob os três primeiros títulos. As referências através de letras são encontradas no segundo e no quarto título, bem como na 'Nota Accessoria'.

O que está escrito nas legendas da planta de 1838 também se assemelha ao que é escrito nos jornais, pois varias dessas legendas nos relatam notícias de acontecimentos da Guerra dos Farrapos. A começar pelo quarto título, 'Comemorações relativas aos sítios de 1836 e 1837', que reporta vários aspectos do cerco a Porto Alegre.

Várias dessas legendas mostram histórias de batalhas e acontecimentos da Guerra dos Farrapos. As histórias narradas são eventos em que os

5 Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart170301.jpg>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.



Figura 6a. *Diário do Governo*. Capa do exemplar de 04 de janeiro de 1832.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/706752/per706752_1832_00019.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

Figura 6b. *Gazeta do Rio de Janeiro*. Capa do exemplar de 06 de fevereiro de 1819.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1819/gazeta_rj_1819_011.pdf>: Acesso em: 26 de outubro de 2012.

Figura 6c. *Diário Fluminense*. Capa do exemplar de 10 de janeiro de 1825.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/706744/per706744_1825_00005.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

Figura 6d. *Correio Mercantil*. Capa do exemplar de 01 de outubro de 1830.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/709530/per709530_1830_00036.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

legalistas têm obtido vitórias ou no mínimo resistido aos ataques. Em uma delas têm-se o relato da prisão de Bento Gonçalves.

Como explica Macedo (1993: 59), ao analisar a planta de 1838, algumas dessas legendas fazem uma «longa descrição das fortificações (...) indicando o processo construtivo (...)». Além do processo construtivo das ‘trincheiras’ a planta também explica o traçado, incluindo algumas alterações em determinados trechos.

Não resta dúvida de que esta planta procura cumprir os preceitos científicos de sua época. Nela já se pode encontrar a escala gráfica em braças – 250 (colocada de forma centralizada, abaixo da planta). Pode-se encontrar também a indicação do norte através do desenho de uma rosa dos ventos colocada junto à representação da ponta da península, com uma das pontas desenhada de forma destacada indicando o Norte. Esta planta é desenhada com o sudeste quase para cima.

O desenho da planta é, portanto, uma representação da cidade de Porto Alegre, de parte de seus arredores, de parte do lago/rio Guaíba e parte de algumas de suas ilhas em duas dimensões. Não há indicações de curvas de nível, nem nenhum tipo de representação que identifique as

diferentes alturas do terreno representado. Da forma como a planta está desenhada poder-se-ia presumir que a cidade de Porto Alegre e seus arredores foram construídos numa superfície plana.

O que mais chama atenção no desenho é a linha preta reforçada que mostra a muralha da cidade, sendo que, pela interrupção dessa linha, a muralha estaria incompleta, não cercando toda a península. A representação do lago/rio Guaíba é caracterizada pelas setas que indicam o sentido das águas, pelo desenho dos barcos e por um trabalho gráfico, quase que um sombreamento nas zonas fronteiras entre terra e água.

Fora da muralha, vemos o traçado do riacho, uma incidência maior de vegetação (dentro da cidade, a representação da vegetação está restrita a três espaços junto à muralha), inclusive os caminhos aqui são demarcados pela vegetação e não por elementos construídos. Há uma nítida demarcação nesta planta entre o urbano (dentro da muralha), com a incidência de elementos construídos, e o rural (fora da muralha) onde a presença da vegetação é maior e os elementos construídos existem, mas são bastante rarefeitos. Fora das muralhas, a vegetação divide as chácaras de uma maneira aparentemente não planejada. Somente na região denominada 'varzia' parece haver certo planejamento com um traçado de elementos ortogonais. Através de linhas contínuas, entrecortadas por outras, indica-se a projeção de algo que ainda não existe, projetado para acontecer no futuro: trata-se de uma proposta de loteamento da área da 'varzia', o atual Parque da Redenção.

No desenho das ilhas, a forma como a vegetação está representada dá a entender que nelas não existe uma apropriação dessas terras para culturas, o que difere bastante do desenho das terras fora da muralha, onde as divisões das chácaras dão a entender a existência de campos cultivados, ainda que não haja uma representação gráfica mais condizente.

A questão do desenho da planta ser semelhante à diagramação de um jornal tem retrospectos como, por exemplo, o já apontado «Olinda de Pernambuco» de Jans Claus Visscher (1603)⁶. Outros mapas, anteriores ao de

6 Possível de ser visto no acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart170301.jpg>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

1838, apresentam também uma forma jornalística e enciclopédica, como é o caso dos mapas da cidade de Lima, Peru, do cartógrafo francês Henri Abraham Chatelain (1720)⁷ e do mapa da Cidade do México do cartógrafo, também francês, Bernard Picart (1723)⁸.

Um Cartógrafo Legalista

Para entender melhor a linguagem cartográfica utilizada no mapa de 1838 e sabendo que seu autor anônimo provavelmente era do Real Corpo de Engenheiros, torna-se interessante entender como se deu a formação desses engenheiros militares. O ensino de engenharia militar começou no Brasil com a criação da Aula de Artilharia no Rio de Janeiro através de Ato de 19 de Agosto de 1738. Em 1744 essa aula é ampliada para abranger uma nova cadeira, a de Arquitetura Militar (TAVARES, 1999: 41 e 51). Em 1810, é criada a Academia Militar do Rio de Janeiro.

Como bem lembra Bueno, nesta «Academia e no Arquivo Militar, com base nos padrões cartográficos divulgados no *Manual Topográfico*, formou-se toda uma geração de engenheiros militares (geógrafos e topógrafos) perfeitamente habilitados nas práticas de cartografia» (BUENO, 2007: 47). Ainda segundo esta autora, «o *Manual Topográfico*, contendo os melhores métodos referentes às medições geodésicas, publicado anualmente pelo estabelecimento francês análogo, tornou-se a bibliografia de referência para o ensino da cartografia na instituição carioca» (BUENO, 2007: 46). Portanto, os engenheiros militares estavam atualizados com as formas de cartografar francesas.

Com a fuga de D. Joao VI para o Brasil em virtude das Invasões Napoleônicas, os aliados dos portugueses passaram a ser os ingleses. «Raras são as cartas impressas até o Império. Será apenas com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e o estreitamento das relações diplomáticas e milita-

7 Possível de ser visto no acervo do ICC – Institut Cartogràfic de Catalunya. Disponível em: <<http://cartotecadigital.icc.cat/cdm/singleitem/collection/america/id/657>>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

8 Possível de ser visto no acervo do ICC – Institut Cartogràfic de Catalunya. Disponível em: <<http://cartotecadigital.icc.cat/cdm/singleitem/collection/america/id/659>>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

res com a Inglaterra que, em Londres, se gravarão os primeiros grandes mapas do Brasil, construídos a partir de muitas dessas fontes manuscritas portuguesas» (BUENO, 2007: 47). Não foram só mapas do Brasil que os ingleses gravaram, uma planta de Lisboa de 1812⁹ também foi impressa por eles.

Ora, o desenho dos elementos construídos, nos quais o meio da quadra está vazado e os blocos ‘sólidos’ se apresentam nas faces da quadra, pode encontrar um possível retrospecto nessa planta da cidade de Lisboa, cujo desenho guarda similaridades, especialmente no traçado das quadras, com a planta de Porto Alegre, de 1838. Outra similaridade é o mapa de Lisboa ter a representação da diferença entre o que é terra e o rio Tejo com uma hachura na borda. Além disso, o mapa de Lisboa também contém um brasão. Existem diferenças também, como o fato de o mapa de Lisboa simular a topografia de seus morros e o de Porto Alegre não apresentar nenhum elemento gráfico que demonstre a variação de altura do terreno; e o fato de que o de Lisboa não apresenta nenhum signo para demonstrar vegetação e zonas de cultivo, enquanto este é utilizado no mapa de Porto Alegre.

O mapa de 1838, como já foi mencionado, é um mapa impresso, que possui as referências de quem o imprimiu. Neste mapa constam a Lithografia de Vr. Larrée no lado esquerdo, abaixo da planta, no mesmo alinhamento do desenho da escala gráfica; no lado direito, abaixo da planta há alguma coisa escrita que poderia ser o nome do gravador e que, na observação dos dois exemplares existentes na Fundação Biblioteca Nacional (FBN)- Brasil, não é possível ler claramente; e bem em baixo, na margem do mapa e abaixo das legendas, encontra-se referência a ‘Typ. Commercial Fluminense, de S. F. Surigue’.

Pela forma como a Litografia de Larrée e a Typographia de Surigue aparecem na planta de Porto Alegre, e também em função da forma de impressão que pode ser vista nos dois exemplares dessa planta pertencentes à FBN, a hipótese que se pode apontar é que o mapa propriamente dito tenha sido gravado e impresso por Larrée e as legendas e título, por Suri-

9 Pode ser visualizada no seguinte link: <<http://www.museudacidade.pt/Colecoes/Cartografia/paginas/Mapa-da-cidade-de-Lisboa-e-de-Belem.aspx>> Acesso em: 26 de outubro de 2012.

gue. Um detalhe que reforça esta suposição é o fato de que entre as duas plantas existentes na FBN¹⁰, há uma leve disparidade da posição das legendas em relação ao mapa. Num dos exemplares (FIGURA 2) a imagem do mapa está bem centralizada e no outro (FIGURA 1), a legenda ‘encosta’ num dos lados do mapa.

Das leituras do Mapa

Parece evidente que o interesse do Império em mandar fazer uma planta da cidade com a demarcação das muralhas, durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), prende-se à necessidade de auxiliar as forças legalistas a manter suas posições na cidade.

A ‘assinatura’, o título/manchete, as legendas/notícias, nos mostram que este mapa foi feito com razões políticas bem concretas e imediatas. O Império do Brasil demonstra, através dele, o seu poder e a sua força. A começar pela ‘assinatura’ – o epíteto ‘Império do Brasil’ com o brasão, como o elemento que mais se destaca no conjunto.

Sendo um mapa que mostra as defesas da cidade, que relata notícias das vitórias das forças legalistas, pode-se pensar que é um mapa para produzir ânimo nessas forças, mostrando quão bem a luta está indo para o Império e como os seus soldados se destacam. Essa visão é reforçada por duas notícias, sendo a primeira a que conta a prisão de Bento Gonçalves (líder do movimento farrapo) na Batalha do Fanfa em 04 de outubro de 1836 e a segunda a que conta como um contingente de 300 legalistas dentro da cidade teria segurado o ataque de 1500 insurgentes, impedindo-os de tomar a cidade.

Reforça a idéia de que seu objetivo era a defesa da Monarquia e a propaganda do Império do Brasil, o fato deste mapa ter sido impresso em 1838. Contudo, como já foi apontado, essa data aparece de forma bastante discreta e o que se destaca é a data que consta do título do mapa – 20 de junho de 1837. Ao destacar a data de 1837, a planta estabelece uma relação com a prisão de Bento Gonçalves, em 1836, e mostra a força de um Império que

10 A planta de 1838 constante do CD do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pelo que se sabe, foi escaneada de uma das plantas existentes na Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

mantém detido o chefe dos revoltosos. Ao minimizar o ano de sua prisão – 1838 – pode ‘esquecer’ de relatar que o mesmo fugiu da prisão, na Bahia, em 10 de setembro de 1837, tendo voltado à Província do Rio Grande em novembro e tomado posse como Presidente da República Rio-Grandense em dezembro de 1837.

O mapa de 1838 revela, assim, a preocupação e o temor, para o Império, provocados pela Revolução Farroupilha. Reforça essa questão o fato do número de mapas sobre a Revolução Farroupilha ser maior, comparativamente às demais revoluções que ocorreram entre 1831 e 1845. Por outro lado, o fato de não haver um cartógrafo que se responsabilize pelo mapa faz dele um instrumento vinculado ao «Império do Brasil», emanado diretamente do poder imperial. Nenhum outro mapa do período contém essa ‘assinatura’. Ainda mais: é o único mapa em que aparece, com destaque, o Brasão do Império; o único mapa feito pelo Real Corpo de Engenheiros com esse Brasão.

Referências bibliográficas

- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2007) – «Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e Império». In Antonio Gilberto Costa (org.) – *Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 29-50.
- COSTA, Antônio Gilberto (2007) – «Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império». In Antonio Gilberto Costa (org.) – *Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 83-223.
- FIALHO, «Cidades Visíveis: Para uma história da cartografia como documento de identidade urbana». Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/25412>>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (2005) – *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre: IHGRGS. 1 CD-ROM.
- LEDE, Charles van (1843) – *De la colonisation au Brésil*. Bruxelas: A la Librairie d'Aug Decq. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=94APAAAAQAAJ&pg=PA418&lpg=PA418&dq=C.+van+Lede&source=bl&ots=zS68kUTLrG&sig=RcNgy nb9k7XddyPD9qUY5GMzzEk&hl=pt-BR&ei=qzoASs_kKZeqtgfTxamNBw&sa=x&oi=book_result&ct=result&resnum=7#PPP9,M1>. Acesso em: 26 de outubro de 2012.

- MACEDO, Francisco Riopardense de (1993) – *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- MARTINS, José Corrêa (2007) – Arquivo Histórico do Exército. In Antonio Gilberto Costa (org.) – *Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 11-12.
- MIRANDA, Márcia Eckert; LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa (2008) – *Jornais Raros do Musecom/ 1808–1924*. Porto Alegre: Comunicação Impressa.
- TAVARES, Aurélio de Lyra (1999) – *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed.
- TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida (1999) – *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte.